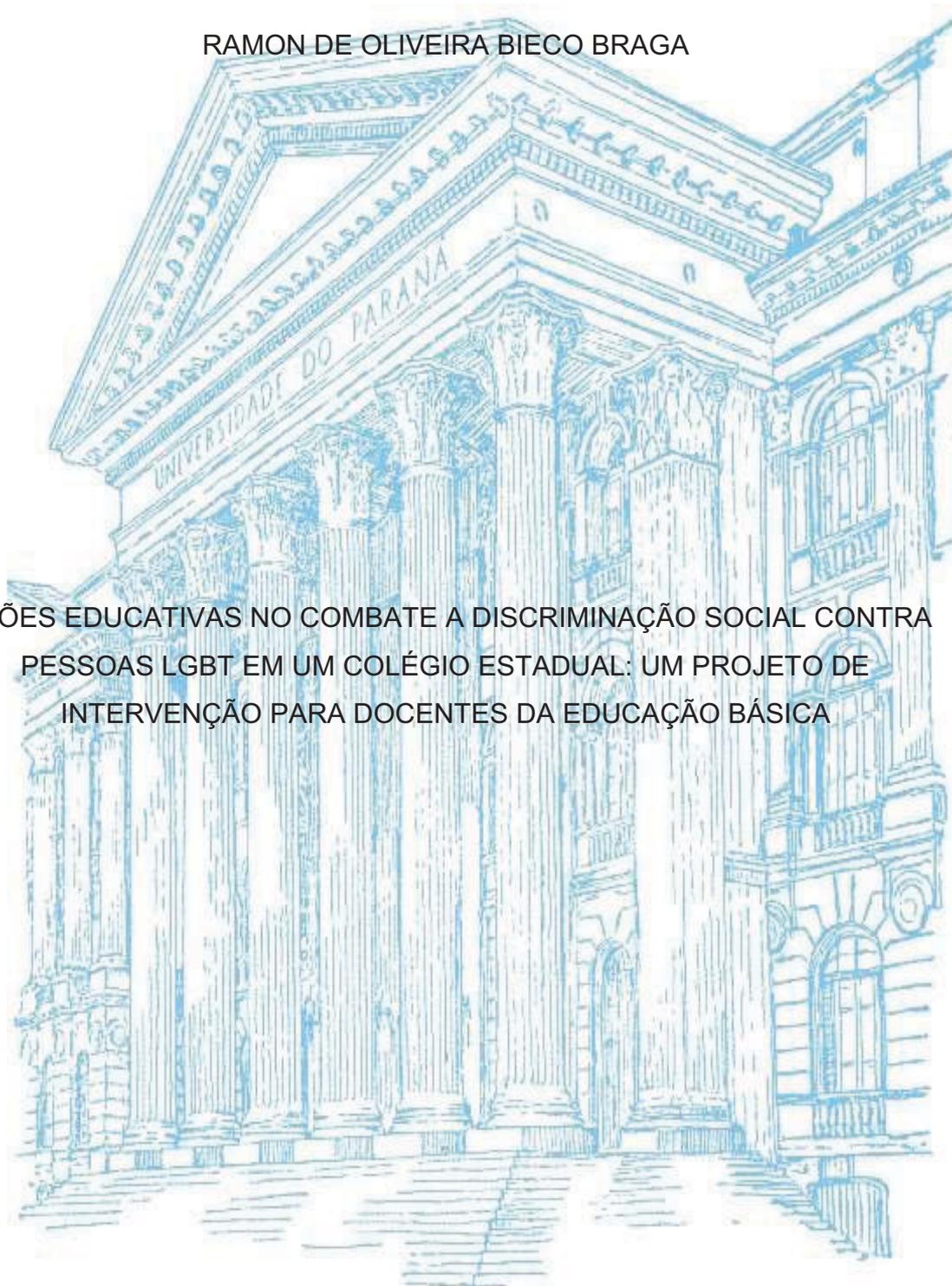


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAMON DE OLIVEIRA BIECO BRAGA

AÇÕES EDUCATIVAS NO COMBATE A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL CONTRA
PESSOAS LGBT EM UM COLÉGIO ESTADUAL: UM PROJETO DE
INTERVENÇÃO PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA



CURITIBA

2019

RAMON DE OLIVEIRA BIECO BRAGA

AÇÕES EDUCATIVAS NO COMBATE A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL CONTRA
PESSOAS LGBT EM UM COLÉGIO ESTADUAL: UM PROJETO DE
INTERVENÇÃO PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde para professores do Ensino Fundamental e Médio, Departamento de Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Shirley Boller.

CURITIBA
2019

RESUMO

O presente projeto de intervenção problematizou como as ações educativas sensibilizam os(as) docentes, que lecionam em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, sobre a discriminação social contra discentes LGBT? Justifica-se que realizar a intervenção pedagógica com os(as) docentes, possibilita que os mesmos possam reproduzir o conhecimento adquirido em outras realidades, outros colégios e com outras gerações de discentes. O objetivo foi intervir nas ações educativas dos(das) docentes, que lecionam em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, ao que concerne a discriminação social dos discentes em relação a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas LGBT. Metodologicamente, foi realizada uma oficina de formação continuada para os(as) docentes, no local de trabalho deles, durante um sábado de reunião pedagógica. A oficina consistiu na confecção de modelos de corpos masculinos e femininos, com base no recorte de revistas. Durante a oficina, os(as) docentes foram sensibilizados sobre a diferença entre os termos orientação sexual e identidade de gênero. Eles compreenderam que culturalmente não pode existir um conjunto de regras e valores sobre as performatividades dos corpos. Posterior a oficina, um docente organizou um grupo de diálogo na instituição, para que os(as) discentes oprimidos pudessem expor o seu sofrimento. Dos discentes que participaram, foi possível observar que o sofrimento vivenciado por eles(as) nos espaços escolares, se aproxima das violências psicológicas sofridas em outras espacialidades. Em relação aos(as) docentes, para avaliar os resultados, foram distribuídos questionários na mesa dos(das) docentes, para que os mesmos pudessem responder durante a permanência na instituição. O questionário foi composto por 3 perguntas que questionava sobre como os(as) docentes se posicionavam frente aos episódios de discriminação social contra discentes LGBT. 33 docentes participaram da oficina e responderam o questionário, sendo possível averiguar que todos consideraram importante a abordagem do tema na escola. Dentre os(as) docentes feministas, identificou-se que se sentem mais sensibilizados(as) em expor o tema na sala de aula, sendo a maioria dos(das) docentes das disciplinas das Ciências Humanas (Geografia, História, Sociologia e Filosofia). Como considerações finais, afere-se que a intervenção obteve resultados positivos e ocorreu a sensibilização das práticas pedagógicas dos(das) docentes. Sugere-se ainda que é imperativo o desenvolvimento de novas pesquisas em torno das vivências espaciais escolares da população LGBT, afim de promover a saúde dessas pessoas.

Palavras-chave: LGBT; Discriminação social; Formação Continuada; Docentes; Educação Básica; Curitiba; Paraná.

ABSTRACT

The present project of intervention problematized how the educational actions sensitize the teachers, who teach in a state college in the city of Curitiba, Paraná, about the social discrimination against LGBT students? It is justified that carrying out the pedagogical intervention with the teachers, allows them to reproduce the knowledge acquired in other realities, other colleges and with other generations of students. The objective was to intervene in the educational actions of the teachers, who teach in a state college in the city of Curitiba, Paraná, regarding the social discrimination of students in relation to sexual orientation and gender identity of LGBT people. Methodologically, a continuous training workshop was held for the teachers, at their place of work, during a Saturday of pedagogical meeting. The workshop consisted of making models of male and female bodies, based on the cutting of magazines. During the workshop, teachers were sensitized about the difference between the terms sexual orientation and gender identity. They understood that culturally there can be no set of rules and values about the performativity of bodies. After the workshop, a teacher organized a dialogue group in the institution, so that the oppressed students could expose their suffering. From the students who participated, it was possible to observe that the suffering experienced by them in the school spaces is close to the psychological violence suffered in other spaces. In relation to the teachers, to evaluate the results, questionnaires were distributed to the teachers' table, so that they could respond during their stay in the institution. The questionnaire was composed of 3 questions that questioned how the teachers were positioned in front of the episodes of social discrimination against LGBT students. 33 teachers participated in the workshop and answered the questionnaire, being possible to find out that everyone considered it important to approach the theme in the school. Among the feminist teachers, it was identified that they feel more sensitized to expose the subject in the classroom, being the majority of the professors of the disciplines of the Human Sciences (Geography, History, Sociology and Philosophy) . As final considerations, it is pointed out that the intervention obtained positive results and occurred the awareness of the pedagogical practices of the teachers. It is also suggested that it is imperative to develop new research around the school space experiences of the LGBT population, in order to promote the health of these people.

Keywords LGBT; Social discrimination; Continuing education; Teachers Basic education; Curitiba; Paraná.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA.....	6
1.2.	OBJETIVOS	8
1.3	JUSTIFICATIVA	8
2	REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1	O FEMINISMO COMO UM MOVIMENTO SOCIAL E A VISIBILIDADE DA DISCRIMINAÇÃO SOCIAL CONTRA AS PESSOAS LGBT	10
3	METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO	15
3.1	CENÁRIO DA INTERVENÇÃO	15
3.2	PÚBLICO ALVO	15
3.3	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	15
3.4	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
<u> </u>	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A sociedade brasileira se apresenta organizada por um conjunto de normas heterossexuais que estabelecem o que é e não é apropriado como modelo para os relacionamentos humanos. Segundo a Política Nacional de Saúde Integral da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (BRASIL, 2010), o estado corporal de saúde dessas pessoas, que são consideradas desviantes da heteronormatividade, apresenta vulnerabilidade social e, de acordo com o mesmo documento, estão propensas a adoecerem psicologicamente em virtude dos episódios de discriminação social que sofrem na vivência dos espaços familiares, escolares, etc.

Nesse sentido, conforme é relatado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017), somente no ano 2016, cerca de 343 Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) foram brutalmente mortas em todo o Brasil. O documento demonstra ainda que aproximadamente a cada 25 horas, uma pessoa LGBT é vítima da LGBTfobia (isto é, a homofobia, a bifobia e/ou a transfobia), denunciando, portanto, como essas pessoas são vulneráveis na vivência espacial. Em relação as espacialidades escolares, o documento indica que aproximadamente 20% das assassinadas, possuíam idade da escolarização básica (Ensino Fundamental e Médio).

Com base na pesquisa realizada por Ornat (2011), as travestis e transgêneros possuem a vivência espacial escolar interdita, pois elas são oprimidas pelos colegas discentes que as humilham de diferentes formas, seja as ofendendo com termos pejorativos (*viadinho, traveção, boiola*, etc.) ou batendo nelas na frente dos docentes que não interferem e ignoram a situação.

O mesmo ocorre com frequência com as pessoas que possuem a orientação sexual lésbica e homossexual, sobretudo dissentes do sexo masculino que sofrem com as discriminações sociais advindas da heteronormatividade que repudia a corporificação dos gêneros não binários e as orientações sexuais não heterossexuais, isto é, homossexual, bissexual e assexual.

Nesse contexto, a realidade vivenciada pelas pessoas LGBT nos colégios estaduais, no município de Curitiba, Paraná, evidenciam que elas frequentemente são desrespeitadas pelas outras pessoas. As situações de desrespeito ocorrem entre discentes – discentes, discentes – docentes, docentes – docentes, bem como as ofensas que apresentam gênese dos funcionários, pais, mães e responsáveis pelos discentes.

Docentes LGBT compartilham dos mesmos preconceitos que discentes LGBT, embora sejam os discentes os mais vulneráveis e os mais violentados por que não são assegurados pelos mesmos poderes que asseguram a integralidade e o respeito dos docentes, que possuem o conhecimento científico, o poder da avaliação e o próprio status quo no interior do colégio que é por exercer a profissão.

As práticas discriminatórias são oriundas dos docentes e discentes. Observa-se que durante o intervalo das aulas, na sala dos docentes, existem os seguintes comentários pejorativos: ‘você viu como que fulano disse tal coisa?’ , ‘Ciclano vira muito a mão e não tem voz de macho!’ , ‘Aii viado...’ , dentre outros comentários que evidenciam o sentimento de exortar a violência psicológica contra essas pessoas na condição de discentes.

Nas salas de aulas e no pátio do colégio, verifica-se que os discentes masculinos são mais agressivos, atacam com comentários opressores e depreciativos, acuando as pessoas transexuais e homossexuais a se isolarem socialmente e temerem ser violentadas a qualquer momento. Muitos deles preferem ficar próximos das alunas femininas, pois são mais delicadas e compreendem que a orientação sexual não é uma opção e sim uma orientação, bem como compreendem que a identidade de gênero não é uma opção e sim uma questão de identidade.

Diante do exposto, a questão norteadora do presente projeto é: Como as ações educativas sensibilizam os docentes, que lecionam em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, sobre a discriminação social contra discentes LGBT?

Salienta-se que a prática de intervenção pedagógica ocorreu somente em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná. O nome do colégio não é divulgado, bem como o nome das pessoas que participaram, em virtude de evitar expor um órgão público e as pessoas envolvidas no mesmo.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Intervir nas ações educativas dos docentes, que lecionam em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, ao que concerne a discriminação social dos discentes em relação a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas LGBT.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar os docentes de um colégio estadual para combater a violência contra as identidades de gênero dissidentes da heteronormatividade;
- Aplicar ações educativas voltadas à sensibilização dos docentes para combater a violência social contra as pessoas que possuem orientações sexuais desviantes da heteronormatividade;

1.3 JUSTIFICATIVA

A discriminação social, devido a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas dissidentes da heteronormatividade, é um tema de imperativa abordagem por que evidencia situação de adoecimento das pessoas LGBT que sofrem com os comentários ofensivos, violências físicas e maus tratos em seu meio social.

A abordagem das pessoas LGBT se justifica por que são pessoas que compartilham similares experiências com a vivência espacial e sofrem com as mesmas discriminações devido aos estigmas sociais que prevalecem na interpretação desses corpos.

De acordo com Luiz (2011), lésbicas e gays são discriminadas pela orientação sexual e não são bem recebidas socialmente nos espaços, assim como as pessoas transexuais, embora a última seja discriminada também pela identidade de gênero.

Nesse contexto, o desenvolvimento desse projeto de intervenção se justifica por orientar e estimular os docentes a como abordarem os temas

‘orientação sexual’ e ‘identidade de gênero’ na sala de aula, porque conforme relatos de muitos docentes, eles se sentem despreparados para dialogarem com os discentes sobre esses assuntos que são carregados de preconceitos adquiridos erroneamente pela vivência com outras pessoas que realizam a manutenção dos preconceitos.

Verifica-se que muitos discentes se sentem desencorajados(as) a frequentarem as aulas porque temem com as violências e isso deve ser combatido pelos próprios docentes que, orientados apropriadamente, poderão intervir pedagogicamente em todas as turmas que lecionam nesse ano e nos próximos anos letivos. Logo, os resultados poderão se reproduzir para outras turmas e em outras gerações de discentes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O FEMINISMO COMO UM MOVIMENTO SOCIAL E A VISIBILIDADE DA DISCRIMINAÇÃO SOCIAL CONTRA AS PESSOAS LGBT

O Feminismo é um movimento social que sensibiliza as pessoas sobre as desigualdades sociais entre os sexos, ao que concerne as obrigações e direitos sociais/civis, igualdade de salário e oportunidades de emprego no mercado de trabalho, dentre outras condicionantes sociais. Segundo Adichie (2015, p.49), feminista é “uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos”.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p.16).

Assim sendo, conforme Pinto (2010), verifica-se que a primeira onda do Feminismo ocorreu na Inglaterra, no início do século XX, quando um grupo de mulheres denominadas por Sufragetes, organizaram-se para protestarem sobre o direito do voto e conquistaram o mesmo no ano 1918. O mesmo ocorreu no Brasil. Lideradas por Bertha Lutz (1894-1976), fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminista, as mulheres conquistaram o direito do voto no ano 1932, na promulgação do novo código brasileiro do sistema eleitoral.

Posterior a esse momento, as feministas iniciaram reflexões no contexto social, político, econômico e cultural acerca dos direitos civis e espaços sociais, onde homens e mulheres possuíam diferentes demandas e comportamentos.

De acordo com Adichie (2015) compreende que a expressão de gênero¹ ocorre de diferentes formas e a desigualdade social entre os mesmos é construída culturalmente por que são as pessoas que constroem a cultura como, por exemplo, em relação ao casamento.

¹ Nesse momento, Adichie (2015) compreende o gênero binário, isto é, homem/mulher.

O casamento pode ser bom, uma fonte de felicidade, amor e apoio mútuo. Mas por que ensinamos as meninas a aspirar ao casamento, mas não fazemos o mesmo com os meninos? [...] em nossa sociedade, a mulher de certa idade que ainda não se casou se enxerga como uma fracassada. Já o homem, se permanece solteiro, é porque não teve tempo de fazer sua escolha. (ADICHIE, 2015, p.32-33).

Diante do exposto, segundo Adichie (2015), existem reflexões que questionam sobre como a sociedade naturaliza as obrigações sociais destinadas aos homens e mulheres como, por exemplo, a prática de cozinhar e limpar a casa, consideradas tarefas frequentemente praticadas por mulheres, enquanto que aos homens é apropriado trabalhar fora de casa e trazer o sustento para a família. “Mas por que é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que, ao longo do tempo, elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar?” (ADICHIE, 2015, p.37).

As reflexões expostas acerca da aspiração pelo casamento e as tarefas domésticas são simultaneamente antigas e contemporâneas, bem como consolidam o movimento feminista, pois independentemente do sexo e da identidade de gênero, as pessoas não deveriam ter obrigações sociais distintas.

Pinto (2010) observa que o movimento feminista permaneceu entre os anos 1930 a 1960 sem muita representatividade no cenário político, econômico e cultural, embora durante esse período tenha ocorrido um fato relevante que foi o surgimento do anticoncepcional na década de 1960 e a partir desse momento, as mulheres puderam melhor planejar o momento apropriado para engravidarem e isso possibilitou um novo posicionamento das mesmas no mercado de trabalho.

Contudo, Ornat (2008) destaca a obra de Simone de Beauvoir (1967, p.09) como um exponencial manifesto feminista, ao definir a máxima “não se nasce mulher, se torna mulher”.

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (BEAUVOIR, 1967, p.09).

O pensamento de Beauvoir (1967) influenciou a liberdade de expressão das mulheres, sobretudo as oprimidas pelos homens e as sociedades patriarcais. Todavia, Pinto (2010) salienta que no Brasil o feminismo permaneceu com pouca representatividade entre os anos 1964 a 1980, devido a Ditadura Militar que oprimia os movimentos sociais.

A partir dos anos 1980, as classes menos favorecidas economicamente tomaram consciência dos temas sociais que emergiam na redemocratização do país. Os temas tangenciavam a educação, a saúde e ao saneamento básico (PINTO, 2010).

É nesse momento que o feminismo nasce das cinzas e evidencia a necessidade da sociedade lutar pela igualdade entre os sexos e foi sob essa perspectiva que ocorreram inúmeras conquistas, dentre elas a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (1984), a visibilidade aos direitos das mulheres na Constituição de 1988, bem como a mais expressiva que é a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) que coíbe a violência contra a mulher.

Os estudos científicos tangentes ao Feminismo, de acordo com Ornat (2008), se iniciaram nos anos 1970, pioneiramente nos Estados Unidos da América com posterior difusão para os demais países desenvolvidos.

No Brasil, os pioneiros estudos dessa área, segundo Silva (1998), tinham uma abordagem que assustava os pesquisadores que não estavam familiarizados com os termos e isso também ocorria nos Estados Unidos da América, conforme foi constatado por Martínez, Moya e Munoz (1995, p.13):

o medo do feminismo é similar ao medo dos extraterrestres, tendo ambas suas raízes no temor ao desconhecido, na ansiedade em torno da mudança. Porque, com efeito, o feminismo nos fala, sem dúvida alguma, em mudança.

Conforme Silva (1998), as pesquisas publicadas no fim do século XX eram radicais e criticavam a organização social, a luz de evidenciar a violência que as mulheres sofriam no interior das suas residências, no seio familiar e no mercado de trabalho.

Conjuntamente aos temas mencionados, emergiram outros grupos sociais de pessoas similarmente oprimidas e violentadas pela sociedade

machista e patriarcal, a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT).

Nesse mesmo momento, surgem pesquisas anglófonas que se consolidaram como um novo campo das Ciências Sociais, isto é, as Sexualidade (SILVA; ORNAT, 2011), investigando desse modo como os diferentes sexos vivenciam o espaço. Essas pesquisas evidenciaram que homens e mulheres sofrem com as representações sociais (BOURDIEU, 1995), embora as mulheres, homens homossexuais e pessoas transexuais sofram mais.

Nesse contexto, as pesquisas feministas se apropriaram da compreensão da heteronormatividade estruturada por Foucault (1988) que crítica a organização social que naturaliza o relacionamento heterossexual entre homens e mulheres, valorizando religiosamente o casamento monogâmico e idealizando a família nuclear como sagrada – um casal heterossexual (preferencialmente branco) com dois filhos, sendo um menino e uma menina.

O mesmo autor salienta que historicamente a heteronormatividade foi construída pela sociedade moderna que, posterior ao século XVII, foi moldada por dispositivos no controle da sexualidade que ratificaram e naturalizaram a heterossexualidade compulsória.

Mediante o contexto apresentado e para tornar inteligível a discriminação social contra os discentes LGBT, salienta-se que os dispositivos que controlam a sexualidade, conforme Foucault (1988) são os poderes exercidos pela Igreja, o Estado e a Família.

A Igreja exorta os relacionamentos monogâmicos entre os casais heterossexuais por que assume a posição de que é esperado que a reprodução entre os seres humanos ocorra no interior do casamento – abençoado por Deus, e as pessoas que praticam relações sexuais que não objetivem a reprodução e não são assistidas pela união do matrimônio, devem ser perseguidas e julgadas moralmente pela Igreja, sendo orientadas a pagarem os seus pecados e a rezarem missas para se redimir perante a Deus.

Segundo Foucault (1988) o Estado é um dispositivo no controle da sexualidade mediante a proibição de casamentos poligâmicos, a instauração da obrigação do trabalho militar, bem como o interesse em ratificar a

reprodução humana para atender a demanda das fábricas e do capitalismo que necessita da manutenção da mão de obra.

A Família é um dispositivo no controle da sexualidade a partir do momento que naturaliza o modelo patriarcal como o símbolo máximo da sistematização social. É no núcleo familiar que são definidas as atividades do que é esperado de uma mulher e de um homem. As mulheres devem cuidar das atividades domésticas, da prole e do marido, enquanto aos homens é esperado que eles trabalhem e cuidem da manutenção da casa devido ao trabalho físico. De ambos é esperado obediência aos cultos semanais da Igreja e respeitabilidade das leis e normatizações do Estado (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, as pessoas que não se enquadram no formato da heteronormatividade são consideradas desviantes das normas e devem ser perseguidas moralmente pela igreja, censuradas pela sociedade e tratadas por mecanismos da psicologia reconhecidas pelo Estado.

Portanto, as pessoas que praticam relações homoafetivas são dissidentes e devem ser perseguidas moralmente pela Igreja, assim como pelo Estado que via a Psicologia, tratou a homossexualidade como uma doença e a classificou como 'homossexualismo' no Código Internacional de Doenças (DID).

O homossexualismo não é mais tratado pelos psicólogos como doença desde 1950, embora o transexualismo ainda seja considerado uma doença e isso evidencia que as pessoas com identidade de gênero dissidente a heteronormatividade sejam mais vulneráveis no exercício da cidadania.

Para tanto, as mulheres cisgêneros (pessoas do sexo feminino que corporificam o gênero feminino), as pessoas não brancas (discriminação étnica), transexuais, homossexuais e lésbicas são dissidentes da heteronormatividade e se consolidam no macro grupo do Feminismo.

Diante do exposto, o Feminismo produz ciência com base nas abordagens da representação cultural, da teoria psicanalítica, do pós-modernismo e dos estudos queer, sob a metodologia da Etnografia, Análise Textual, Narrativas e Posicionalidade e reflexibilidade (OBERHAUSER, et al., 2003).

3 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

3.1 CENÁRIO DA INTERVENÇÃO

A intervenção ocorreu em um colégio estadual localizado no município de Curitiba, Paraná. Salienta-se que o colégio funcionava nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo ofertado no ano letivo 2018 o curso Ensino Médio (12 turmas e 325 matrículas) e o Ensino Fundamental II (17 turmas e 487 matrículas). Acrescenta-se ainda que essas pessoas se encontram entre as faixas etárias 11 a 18 anos.

Considerando o mesmo ano, trabalhavam 1 pessoa na direção geral, 1 pessoa na direção auxiliar, 2 pessoas na pedagogia de manhã, 2 pessoas na pedagogia de tarde e 1 pessoa na pedagogia de noite. Na secretaria, trabalham 2 pessoas entre as 07 as 16 horas e outras 2 pessoas entre 15 as 23 horas.

A infraestrutura do colégio apresenta 1 biblioteca, 1 sala para o corpo docente, 1 sala para a equipe pedagógica e administrativa, 1 sala para a secretaria, 4 banheiros e 12 salas destinadas para as turmas de discentes.

3.2 PÚBLICO ALVO

O público alvo foram os docentes que totalizaram 44 profissionais que ministravam aulas em mais de um turno, ratificando a justificativa que a intervenção aconteceu com os docentes, devido aos mesmos terem mais possibilidades de propagarem o conhecimento entre os discentes de diferentes faixas etária e turmas.

3.3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Para auxiliar no entendimento didático deste projeto de intervenção, o mesmo foi dividido em duas etapas, conforme descrito a seguir:

1ª Etapa: Oficina sobre diversidade sexual

Para o planejamento dessa atividade, o autor conversou previamente com outros docentes da instituição e foi possível identificar que os mesmos reconhecem que não se sentem preparados para dialogar com os discentes sobre a discriminação que os mesmos sofrem no espaço escolar.

Desse modo, a necessidade a ser suprida é sensibilizar os docentes sobre a necessidade de abordar esses temas quando os mesmos perceberem que é imperativo dentro da sala de aula. Para tanto, foi realizada uma oficina intitulada 'Conhecer para combater a discriminação social contra as pessoas LGBT'. O recrutamento dos professores para participarem desta oficina foi mediante espaço cedido pela direção em um sábado letivo, sendo nesse dia possível encontrar todos os docentes na instituição.

A oficina ocorreu no dia 01 de setembro de 2018, foi ministrada pelo autor do presente texto, quando foi apresentado aos docentes a problemática da diferença entre sexo e identidade de gênero, no contexto da heteronormatividade proposta por Foucault (1988). A oficina teve a duração aproximada de 20 minutos.

Nos primeiros 5 minutos, foi distribuído para os docentes revistas e jornais para que eles buscassem 'modelos' de homens e mulheres populares. Ao encontrarem essas fotografias, em grupos de no máximo 4 pessoas, eles recortaram as fotografias e colaram as imagens em uma cartolina com o título 'Modelos de homens e mulheres populares'.

Ao concluírem essa atividade, eles foram estimulados a pensarem sobre como essas pessoas se relacionam com outras pessoas no mundo, bem como refletiram sobre como essas pessoas se identificavam socialmente. Nesse contexto, foi problematizado qual é a diferença entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual?

Na sequência, nos próximos 5 minutos, foi exibido o vídeo 'Não entendeu? A gente desenha! – gênero, identidade de gênero e orientação sexual', publicado no youtube pelo canal 'Não entendeu? A gente desenha!' no sítio <https://www.youtube.com/watch?v=wFazBWeFOhE&t=107s> . Esse vídeo durou aproximadamente 4 minutos.

Com base no conteúdo apresentado pelo vídeo, os docentes foram sensibilizados pela diversidade de gênero presente no espaço escolar e foram motivados a se manifestarem nos episódios de discriminação social contra as

peças LGBT, explicando que a orientação sexual e a identidade de gênero não é uma escolha da pessoa e, portanto, não merecem ser violentadas fisicamente ou verbalmente. Aos mesmos, também foi distribuído no final, a Figura 01 impressa.

FIGURA 01 – EXPLICAÇÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E SEXO BIOLÓGICO.



FONTE: Saúdavel e Feliz (2017)².

A imagem da Figura 01 resume o conteúdo abordado na oficina e possibilita que o/a docente guarde o mesmo em um caderno ou livro, para que no futuro possa subsidiar a abordagem da intervenção pedagógica.

2ª Etapa: Avaliação das ações educativas posterior a oficina

No início do mês de dezembro, os docentes foram convidados a responder um questionário semiestruturado com as seguintes perguntas:

² Disponível em: <https://saudavelefeliz.com/a-identidade-de-genero-010/> Acessado em: 31/03/2018.

1) Posterior a sua participação na oficina, você realizou alguma intervenção pedagógica no combate a discriminação social contra discentes LGBT?

2) Como você se posiciona quando acontecem episódios de discriminação social contra discentes LGBT?

3) Você considera relevante a abordagem do tema em sala de aula, para evitar possíveis situações de violência social?

O objetivo dessas perguntas foi de averiguar se o desenvolvido na oficina, foi ou não reproduzido dentro das salas de aulas.

3.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Salienta-se que a intervenção respeitou as Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, publicada pela resolução 466 (BRASIL, 2012). Para tanto, foi mantido a liberdade do participante em recusar participar da atividade, bem como foi assegurado que os mesmos desistam de participar e ter suas respostas socializadas na elaboração do resultado.

Acrescenta-se que não foram realizados registros fotográficos de nenhuma etapa do processo, pois foi desejado que não existisse elementos que denunciasses o colégio, sua localização geográfica e nenhum elemento físico que evidenciasse a pessoa que participou da pesquisa.

Foi distribuído previamente aos participantes um termo de consentimento de participação voluntária na pesquisa, evidenciando que não foi realizado nenhum registro fotográfico, de áudio e/ou vídeo, que cada participante poderia desistir da participação em qualquer momento e que o nome dos mesmos foi ocultado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando a problemática anteriormente exposta, a necessidade a ser suprida foi de sensibilizar os docentes sobre a importância de abordar esses temas quando os mesmos perceberem que é imperativo dentro da sala de aula. Para tanto, no primeiro momento, foi realizada uma oficina intitulada 'Conhecer para combater a discriminação social contra as pessoas LGBT'. O recrutamento dos professores para participarem desta oficina foi mediante espaço cedido pela direção em um sábado letivo, sendo nesse dia possível encontrar todos os docentes na instituição.

Os resultados mostram que, dos 44 docentes que ministravam aulas no colégio, 33 participaram da oficina e alguns (12 docentes ou 37%) relataram se sentir confortáveis em expor o assunto em sala de aula, embora foi observado que uma minoria permaneceu em silêncio durante a atividade da oficina.

A oficina ocorreu conforme o planejado e é imperativo destacar que um docente manifestou o interesse em criar no colégio, um grupo de diálogo entre os discentes sobre as violências sofridas por eles nos espaços escolares. O docente acrescentou que os atos de discriminação social não ocorrem somente com os discentes LGBT, também ocorrem com discentes obesos, negros, dentre outras formas de violência psicológica.

Com base nessa sugestão, os docentes presentes na oficina concordaram com a criação desse grupo e o mesmo foi criado no mês de setembro de 2018. Ocorreram dois encontros desse grupo no mês de outubro de 2018, no contra turno das aulas.

Posterior a esses encontros e a adesão de 8 discentes, o docente responsável pelo grupo avaliou como representativo expor ao corpo docente, em uma reunião pedagógica, os relatos das vivências nos espaços escolares pelos discentes que sofriam algum tipo de discriminação social.

Embora essa atividade não tenha sido planejada no projeto da presente intervenção pedagógica, ressalva-se que foi de extrema relevância para ocorrer a sensibilização dos docentes, pois quando uma discente do Ensino Médio, relatou sobre as dificuldades de ser uma mulher, obesa e lésbica, os demais docentes se demonstraram sensíveis com a vivência espacial da discente.

A mesma relatou que sofre com a discriminação social no espaço escolar, que foi ignorada por alguns grupos que não aceitavam a sua orientação sexual e o sofrimento psicológico dela foi agravado pela falta de apoio familiar, pois os familiares também rejeitam a orientação sexual dela.

Os demais relatos estavam atrelados as discriminações sociais pela etnia, pela condição financeira, abuso sexual e doenças psicológicas como a anorexia.

Diante da atividade ocorrida, os(as) docentes se demonstraram atenciosos(as) com os relatos e algumas pessoas se manifestaram parabenizando pela coragem dos discentes em expor publicamente os relatos.

Dentre as manifestações, um docente disse que o espaço escolar é um reflexo da sociedade. Logo, todos os problemas sociais que ocorrem na sociedade, aparecem dentro dos espaços escolares como, por exemplo, ofensas, pré-julgamentos morais, episódios de violências físicas, psicológicas, etc. O docente as alertou que elas precisam valorizar os poucos amigos que podem contar nos dedos de uma mão e a respeitar todas as pessoas que no futuro vão conviver com elas nos espaços de trabalho, pois provavelmente lá também irá existir os mesmos problemas que existem no espaço escolar, em relação ao convívio social.

Nas semanas que seguiram dessa apresentação, alguns discentes manifestaram desejo em participar dos encontros, contudo, segundo o relato de alguns docentes, eles(as) tinham o receio de falar sobre a sua identidade de gênero e orientação sexual.

Esse receio se justifica pela cultura da heteronormatividade que naturaliza a orientação sexual heterossexual e a identidade de gênero cisgêneros, tornando anomalias todas as outras formas de relações sociais.

Um docente relatou que alguns discentes, sobretudo do sexo masculino, são oprimidos no seio familiar. No colégio, existia 3 meninos homossexuais que não poderiam falar sobre a sua sexualidade, pois foram violentados em casa pelos pais, na igreja o assunto era considerado um não-dito social e, desse modo, eles aprenderam a não falar sobre o assunto e a ocultar a orientação sexual. Contudo, uma outra docente relatou que a orientação sexual nem sempre pode ser ocultada pela pessoa, pois nesse caso, embora os 3 meninos tentassem afirmar que eram heterossexuais,

ninguém acreditava devido aos gestos com as mãos, ao jeito de se expressar oralmente, ao estilo musical, dentre outras características que exortam o pensamento de que são ‘coisas de meninas’.

Todavia, ao que concerne o segundo momento da intervenção, posterior a realização da oficina e a exposição dos relatos dos discentes, os docentes responderam na sala dos professores, um questionário semiestruturado que os indagavam sobre as ações pedagógicas realizadas por eles(as), posterior a oficina que os sensibilizou acerca da importância de expor o assunto em sala de aula, quando avaliassem necessário.

Os questionários foram distribuídos em folhas separadas na sala dos professores. As folhas ficaram dispostas na mesa da sala e 33 docentes responderam os questionários, sem a necessidade de se identificar, conforme a disponibilidade da carga horária semanal de trabalho.

Com base nas respostas obtidas com o questionário, referente a pergunta ‘Posterior a sua participação na oficina, você realizou alguma intervenção pedagógica no combate à discriminação social contra discentes LGBT?’, poucos docentes responderam que sim (17%) e a maioria dos que responderam não (83%), alegaram que o conteúdo programático não permitia que ocorressem intervenções pedagógicas durante as aulas.

Referente aos docentes que responderam sim, poucos responderam que os conteúdos programáticos das disciplinas possibilitaram a abordagem da discriminação social contra pessoas LGBT. Dos docentes que demonstraram sensibilidade em expor o assunto em sala de aula, todos lecionam disciplinas das Ciências Humanas, isto é, Geografia, História, Sociologia e Filosofia.

Acrescenta-se que dos docentes das disciplinas mencionadas anteriormente, 3 são homens homossexuais cisgêneros e 1 docente é mulher heterossexual cisgênero. Ambos os docentes relataram que acreditam que quando o docente é cisgênero heterossexual, brincadeiras de mal gosto e gestos ofensivos contra os discentes LGBT, podem passar despercebidos, pois muitos não estão sensíveis a compreender essas práticas tangentes a LGBTfobia.

Ao que concerne as intervenções pedagógicas, os docentes relataram que explicaram em sala de aula a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, bem como responderam que foram indagados por outros

discentes sobre a sua opinião pessoal sobre o assunto, isto é, se os docentes acreditam que o correto é opção ou orientação.

Esses relatos evidenciam que o assunto se tornou um dito social em alguns momentos e isso é muito importante, pois os preconceitos são estruturados e reproduzidos quando não existem diálogos sobre os temas. Um docente respondeu que esses diálogos (sobre a discriminação social contra as pessoas LGBT) se intensificaram a partir dos anos 2010, sobretudo quando o Feminismo se tornou difuso nos espaços escolares, em virtude da popularização no acesso à internet.

Dos 6 docentes que se consideram Feministas, é verificado que todos demonstram interesse em expor o assunto em sala de aula e quando identificam que na turma existem presentes discentes LGBT, esses docentes se sentem comprometidos em expor o assunto durante o ano letivo, para ajudar no bem-estar dessas pessoas.

Quando indagados 'Como você se posiciona quando acontecem episódios de discriminação social contra discentes LGBT?' houve um consenso nas respostas relatadas, pois os docentes afirmaram que já vivenciaram episódios de discriminação social no espaço escolar, contudo, nem todos se posicionaram a favor das pessoas LGBT. Dos que não se posicionavam, permaneciam quietos e não se manifestaram, afinal de contas não conseguiam identificar se era ou não uma brincadeira entre os discentes.

Esse pensamento dos docentes vai de encontro com a pesquisa realizada por Ornat (2011), que denunciou a passividade dos docentes que não faziam nada quando uma aluna travesti e/ou transexual era agredida dentro da sala de aula.

Todavia, alguns docentes responderam que se posicionam a favor das pessoas LGBT, argumentando que são pessoas de bom caráter, que a orientação sexual e a identidade de gênero não interferem no caráter da pessoa e que possuem amigos(as) e familiares que se identificam como LGBT.

Esses argumentos demonstram que alguns docentes estão preparados para expor o assunto em sala de aula e sempre que julgarem necessário, vão orientar os discentes a refletirem sobre o respeito com as pessoas LGBT.

Referente a terceira e última pergunta 'Você considera relevante a abordagem do tema em sala de aula, para evitar possíveis situações de

violência social?', todos os docentes responderam que sim e argumentaram que a informação correta é um importante instrumento no combate da discriminação social no espaço escolar, pois a comunidade escolar carrega consigo os valores e preconceitos sociais adquiridos na vivência em sociedade e na vivência do espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos pela aplicação da intervenção pedagógica, é possível afirmar que o mesmo se demonstrou positivo na realidade vivenciada pelos docentes e discentes do colégio estadual, pois sensibilizou o corpo docente em relação a existência dos discentes LGBT e as dificuldades enfrentadas por essas pessoas, para prosseguirem com a escolarização.

O projeto de intervenção pedagógica apresentou outros desdobramentos que não haviam sido planejados inicialmente, pois o manifesto do docente em desejar criar um grupo de diálogos entre os discentes, demonstrou que o autor no presente projeto não foi o único a refletir sobre a problemática dos problemas advindos da discriminação social contra os discentes LGBT.

Ao que concerne a oficina ministrada sobre identidade de gênero e orientação sexual, avalia-se que os resultados foram alcançados parcialmente, pois nem todos os docentes estavam presentes e dentre os presentes, infelizmente nem todos desejaram participar da oficina. Contudo, mediante as respostas obtidas nos questionários, dos docentes que desejaram participar da oficina, ocorreu a sensibilização dos mesmos em expor o assunto durante as aulas.

Em relação as perspectivas das futuras pesquisas acadêmicas e a realização de projetos de intervenções pedagógicas, sugere-se que outras pessoas se sintam estimuladas a problematizarem questões em torno das vivências espaciais da população LGBT, pois essas pessoas são violentadas psicologicamente e fisicamente por pessoas que avaliam como não importantes as suas vidas e esse cenário precisa de intervenções da sociedade e da Universidade para que ocorram mudanças e a promoção da saúde da população LGBT.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C.N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. MS – Ministério da Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. 2012. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html >
> Acesso em: 14/04/2018.

BRASIL. MS – Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2010.

BROWNE, K; NASH, C; HINES, S. Introduction: towards trans geographies. **Gender, place and culture**, v.17, n.5, p.573-577, 2010.

BOURDIEU, P. Dominação Masculina. **Educação e Realidade**, v.20, n.02. Porto Alegre, p.133-184, 1995.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GGB – Grupo Gay da Bahia. Relatório Anual dos assassinatos LGBT no Brasil – 2016. 2017. Disponível em: < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf> >
> Acesso em: 01/02/2018.

LUIZ, C.L. Saúde para pessoas LGBT. **Psicologia e diversidade sexual**, São Paulo, v.1, p. 25-32, 2011.

MARTÍNEZ, A S.; MOYA, J R.; MUNOZ, M. **Mujeres, Espacto y Sociedad**– Hacia una Geografía del Género. Madrid: Síntesis, 1995.

OBERHAUSER, A.M.; RUBINOFF, D; BRES, K.D.; MAINS, S; POPE, C. Geographic Perspective on Woman. In: GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort J. (Orgs). **Geography in America at the Dawn of the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ORNAT, M.J. **Território Descontínuo e Multiterritorialidade na Prostituição Travesti através do Sul do Brasil**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ORNAT, M.J.. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.2, n.2, p.309-322, 2008.

PINTO, C.R. Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**, v.18, n.36, p. 15-23, 2010.

SILVA, J. M; ORNAT, M.J. Sobre sexualidade e Espaço: Prostituição e Território Travesti. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva. (org.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p.167-183.

SILVA, S.M. V. Geografia e Gênero / Geografia Feminista – o que é isto? **Boletim gaúcho de Geografia**, n.23, p.105-110, 1998.

	Universidade Federal do Paraná Curso de Especialização em Saúde para professores do Ensino Fundamental e Médio Pesquisador: Ramon de Oliveira Bieco Braga
ANEXO I TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA	

Curitiba, 01 de setembro de 2018.

Eu, _____,
 portador(a) do RG n. _____ e do CPF n. _____,
 declaro que fui orientada(o) pelo pesquisador Ramon de Oliveira Bieco Braga,
 sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres
 humanos, publicada pela Resolução 466 (BRASIL, 2012).

Saliento que não autorizo o registro de fotografias, de áudio e/ou vídeo,
 contendo a minha imagem, bem como não autorizo a socialização e publicação
 do meu nome (abreviado ou por extenso) no relatório da atividade de
 intervenção pedagógica.

Fui orientada(o) pelo pesquisador que a qualquer momento, posso
 manifestar desejo em desistir de participar da atividade, mesmo que o trabalho
 seja defendido publicamente e disponibilizado na biblioteca on-line e/ou física
 da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Caso eu manifeste desejo em
 retirar a minha participação da pesquisa, o pesquisador se compromete a
 acionar a UFPR e a realizar a substituição do texto sem a minha participação.

Diante do declarado, afirmo que participo voluntariamente da pesquisa,
 não recebi nenhuma proposta de auxílio financeiro e também não desejo obter
 nenhum auxílio financeiro.

Assinatura do(a) entrevistado(a)